

O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO E OS IMPACTOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA*

Doniêgo Ferreira de Lima¹

Introdução

As profundas alterações operadas no âmbito da política de educação superior brasileira tiveram início nos anos 1990 e seguem em curso até o tempo presente, entre avanços e retrocessos que se justificam na vigência do campo político-partidário da esquerda ou da direita, ressalvadas as devidas mediações. Essas transformações estão alinhadas ao conjunto das estratégias de valorização do capital, demandando o dispêndio de esforços intelectuais para desvelar aspectos particulares desse fenômeno, cujo desdobramento aponta para consequências nefastas ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao trabalho docente e, de modo mais amplo, à própria lógica de funcionamento das universidades públicas.

Por conseguinte, entender a dinâmica dos processos político-econômicos que sustentam o redirecionamento da política de educação superior no Brasil requer uma análise sistemática, cujo método materialista, histórico e dialético de Marx nos parece a via possível para apreendê-la em suas múltiplas determinações. É necessário avançar na compreensão do movimento histórico dos ataques ao ensino superior enquanto uma particularidade enquadrada no macroscópico da luta de classes, que determina as condições de acesso e permanência da classe trabalhadora no espaço formal de produção do conhecimento.

* DOI - 10.29388/978-65-6070-184-7-0-f.215-233

¹ Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista Capes. EMAIL: doniegolima@hotmail.com

No âmbito deste capítulo, partimos, inicialmente, de uma exposição introdutória acerca dos pressupostos teóricos da financeirização, no esforço de apontar elementos fundamentais para a sua apreensão enquanto uma das estratégias de fortalecimento do capital. Em seguida, traçamos um percurso analítico crítico sobre as alterações no âmbito da política de ensino superior no Brasil, com ênfase na mercantilização da educação sob o discurso da “democratização do saber”, no sucateamento das universidades públicas e suas incidências sobre o conjunto da classe trabalhadora no contexto hodierno.

Breves considerações sobre os pressupostos teóricos da financeirização

A compreensão acerca da categoria capital financeiro é o ponto de partida para o entendimento sobre os fenômenos que particularizam a realidade contemporânea no Brasil e no mundo. A tradição marxista fornece elementos teórico-críticos que nos permitem avançar no processo analítico para fundamentação da chamada financeirização, que se expressa na subsunção real da esfera econômica e social à lógica de valorização do capital por meio das finanças.

O modo de produção capitalista demarca o processo de generalização da forma mercadoria como fonte inesgotável de produção e reprodução do capital. Assim, sabemos que o processo tradicional de extração da mais-valia ocorre diretamente na esfera da produção de mercadorias. Mas, explicando a valorização do capital por meio das finanças? A maneira específica e complexa com que se reproduz o capital financeiro cria a falsa noção de desvinculação dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, tornando da maior importância a sua desmistificação.

Partindo dessa perspectiva, apresentamos alguns elementos teóricos indispensáveis para captarmos a essência do capital financeiro. O primeiro está situado no campo da produção de mercadorias, enquanto base de fundamentação da produção de valor e de mais valor.

Marx, em seus estudos sobre a lógica do sistema capitalista, revela não só o processo de produção de capital, como analisa o movimento de circulação do capital.

Entra em destaque, pois, o que Marx denomina de formas funcionais do capital, que envolve a relação entre dinheiro, produção e mercadoria e culmina no processo de valorização do capital. Em outras palavras, se a dinâmica global de realização do capital, que envolve produção e circulação, expressa na fórmula geral $D - M - M' - D'$. Importa destacar que as funções puras do capital na esfera da circulação [...], portanto, os atos de venda e compra – não geram valor nem mais-valia” (Marx [1894] 1988d, p. 202).

Na pesada engrenagem da reprodução do capital, que implica numa constante busca pela valorização do valor, o capital se constitui como unidade dialética dos ciclos, alterando a sua forma em cada etapa do processo capitalista, desde a produção à circulação. Para Bretas (2024), isso se explicita no movimento que demarca a passagem do capital monetário ao capital produtivo e, posteriormente, ao capital mercadoria, cuja realização proporcionará a obtenção de dinheiro valorizado e as condições para o reinício do ciclo.

O ciclo começa quando o capital monetário, um determinado montante de dinheiro adiantado (D), é posto a serviço da compra de mercadorias (M). Essas mercadorias compradas são, na verdade, meios de produção (MP) e força de trabalho (FT) com a finalidade de serem postas à disposição do processo de produção. O capital produtivo organiza a produção (P) por meio da qual são obtidas mercadorias que possuem um valor maior do que o existente anteriormente (M'). O capital-mercadoria gerado irá viabilizar as condições para que este ciclo se encerre por meio da realização do valor produzido. O retorno à forma-dinheiro se dá em um patamar superior ao inicialmente dispendido (D'), supondo que as mercadorias foram vendidas pelo seu valor (Bretas, 2024, p. 94).

Outro fator primordial na dinâmica da reprodução do capital é o tempo. Para o cumprimento satisfatório dos interesses dos

capitalistas, o tempo total para o encerramento das etapas do circuito produtivo deverá ser o menor possível, pois isso representará a soma crescente de capital dinheiro (ou monetário) acrescido de mais-valia. Dada a necessidade de tempo reduzido para a realização do processo de reprodução do capital, ocorre o desenvolvimento de estratégias complexas que fomentaram a disputa entre as frações da classe burguesa mediante apropriação da riqueza socialmente produzida.

A segunda etapa do processo de reprodução do capital chama a atenção para a tendência à fetichização, de modo que o dinheiro aparece como dinheiro que se valoriza por si só, sem a devida conexão com a esfera da produção. Aqui, cabem importantes mediações para evitar interpretações equivocadas no trato da questão, ao entrar em cena o que compreendemos como capital portador de juros.

Em suma, o capital portador de juros funciona como pilastra do sistema de créditos e é fundamental no processo de valorização do valor. Em suma, o capital portador de juros se realiza no processo de empréstimo de dinheiro, na condição de capital em potencial, ao capitalista produtivo. O empréstimo ocorre sob critérios bem definidos, tendo como condição o pagamento posterior do valor total emprestado mais uma parte referente ao lucro, que seriam os juros.

Podemos ainda evidenciar a existência do capital fictício, que ocorre com base nas negociações feitas pelos setores bancários, consolidando múltiplas formas de capital a ser investido na modalidade de empréstimo, seja por meio do crédito comercial ou pessoal. Assim, o capital fictício funciona por meio da apropriação de rendimentos futuros e é fundamental para a valorização do capital, pois se realiza na esfera da circulação como autonomização do capital portador de juros, na condição de dinheiro movimentado como capital e aparentemente desvinculado da produção de mercadorias.

Tais considerações foram necessárias para nos deter em uma questão fundamental para captarmos a essência das estratégias capitalistas, ao apresentarem a máxima: a atualidade encontra-se determinada pelo “mundo das finanças”. Desse modo, a financeirização assumiu o cerne das relações capitalistas com vistas à

valorização do valor, que, na busca cada vez mais incessante por novos campos de lucratividade, impulsiona a mercantilização das necessidades sociais, sobretudo por meio da financeirização das políticas sociais nos países de capitalismo periférico, como o Brasil.

As metamorfoses políticas, econômicas e sociais registradas no país explicitam a maneira como o Estado brasileiro tem sido utilizado como canal da financeirização, seguindo as orientações de organismos multilaterais, como o Banco Central. Os objetivos desses organismos são nítidos, pois focam na transferência de recursos dos países periféricos para os países de capitalismo central.

Contrarreforma do estado brasileiro e a financeirização da educação superior

O ano de 1988 representou, para o Brasil, o fim da ditadura civil-militar e a retomada das vias democráticas por meio da promulgação da Constituição Federal, como resultado da combinação de alguns fatores, como crise econômica, fortalecimento das lutas populares e a deterioração interna das forças políticas do regime. A denominada “Constituição Cidadã” abriu um novo tempo, que se expressa no reconhecimento das liberdades civis, dos direitos sociais e trabalhistas, bem como demarcou a criação da seguridade social, composta pelas políticas de saúde, assistência social e previdência.

Se a dinâmica histórica da realidade nacional cultivava a educação como “artigo de luxo”, acessado prioritariamente por quem detinha algum poder político-econômico, a CF apontou o caminho para o enfrentamento da desigualdade no acesso. Em seu art. 5º, a educação aparece como um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento, cidadania e qualificação para o trabalho.

No entanto, a crise estrutural do capital inscrita nos anos 1970 demandou o desenvolvimento de estratégias de recuperação das taxas de lucro do grande capital, impactando sobremaneira os países de economia dependente, como o Brasil. As medidas se expressam na

mundialização do capital, na reestruturação produtiva e no neoliberalismo, evidenciando intensa flexibilização das relações e dos processos de trabalho, bem como a mercantilização das necessidades sociais e a realização de ajustes fiscais permanentes.

Assim, no Brasil, na década de 1990, durante o governo Collor de Mello, passando pela gestão de Itamar Franco e assumindo contornos mais expressivos no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), registram-se metamorfoses no âmbito político, econômico e social, determinadas pela própria lógica de reprodução do capital. O Estado brasileiro reafirmou o seu papel enquanto instrumento de manutenção dos interesses da classe dominante. Afinal, como alertam Marx e Engels em *Manifesto do Partido Comunista*”, de 1948, “o Estado é o comitê executivo dos interesses da burguesia”.

O que se verifica a partir de então, nos termos de Behring (2008), é uma verdadeira contrarreforma do Estado, que se explicita em ataques ao conjunto de direitos assegurados constitucionalmente. Seguindo à risca as orientações dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, o Estado brasileiro passou a desenvolver ações mínimas para a esfera social enquanto demonstrava total abertura para o capital por meio da fragilização das políticas sociais, especialmente a partir do empresariamento da educação, da saúde e da previdência.

De acordo com Oliveira (2011, p. 142):

A reforma do Estado estabelecida pelo Plano Diretor representou um ataque à Constituição de 1988, principalmente ao princípio da seguridade social e ao funcionalismo público. Construiu-se uma ideia de reforma sustentada em orientações econômicas, com funções do Estado sendo transferidas para o mercado, principalmente as mais rentáveis [...].

Nessa perspectiva, a educação se tornou alvo privilegiado para as investidas empresariais, de modo que o ensino superior assumiu uma nova racionalidade, marcada pela expansão significativa do setor privado e pelos processos de privatização interna das universidades

públicas. Desde então, a educação superior tem sido utilizada como ferramenta de dominação ideológica da classe dominante, com fortes investimentos para uma formação cada vez mais difusora do projeto burguês de sociabilidade.

O cenário é de catalização de campos de exploração e monopolização do conhecimento, no qual a educação superior é tratada como atividade pública de caráter não estatal. Com isso, o governo busca justificar o processo de financiamento público para as instituições de ensino privado, assim como o financiamento privado para as instituições públicas, submetendo-as às metas de reestruturação para o fortalecimento do capital.

As mudanças em curso desde 1996 estão indicadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas foram as propostas de “reforma universitária” do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), seguidas pelas dos Governos Lula e Dilma (PT), que materializaram e agudizaram as propostas da LDB (Boschetti, 2016, p. 17).

A contrarreforma do ensino superior conduzida pelo Governo Federal no contexto do capitalismo financeirizado fortalece a formação dos oligopólios transnacionais, rompendo com o fundamento do desenvolvimento social e estabelecendo uma educação direcionada aos interesses do mercado. Os impactos desse processo para a formação profissional são expressivos, sem grandes ou nenhuma preocupação com a qualidade, pois a meta é a certificação em massa de profissionais colaboracionistas.

Lembremos que o ciclo de reprodução do capital no contexto da financeirização deve se realizar no menor tempo possível. Dessa forma, a redução significativa de investimentos em infraestrutura atrelada ao fomento do ensino à distância (EaD) representa estratégias fundamentais para o atendimento dos interesses do mercado financeiro, ao implicar na abertura de caminhos para a venda de “serviços educacionais”. Aqui, vai se consolidando o projeto de expansão e reestruturação da educação superior, que desloca do campo

dos direitos sociais e reduz à condição de mercadoria, cujo acesso aos cursos de graduação e pós-graduação é condicionado à sua capacidade de pagar por eles.

A expansão do ensino superior tem se dado numa dinâmica de aprofundamento da relação de dependência do Estado brasileiro ao capitalismo imperialista, cujas parcerias público-privadas materializam a proliferação desenfreada de cursos presenciais e a distância. A contrarreforma da educação superior evidencia os efeitos deletérios da financeirização, com fortes implicações para o conjunto da classe trabalhadora, especialmente na perspectiva de uma formação marcada pelo empobrecimento da capacidade crítica.

A compreensão sobre a reconfiguração da educação superior no contexto do governo FHC requer que consideremos dois mecanismos fundamentais: a diversificação das IES e o aligeiramento da formação. O primeiro está relacionado à ampliação do número de instituições privadas de caráter não universitário, alicerçado na ausência de responsabilidade com a tríade ensino, pesquisa e extensão. Em termos quantitativos, em 2002, das 1.637 IES, somente 162 eram universidades, enquanto 77 eram centros universitários e 1.398 eram faculdades aleatórias (Brasil, MEC/INEP, 2002).

Assim, o segundo mecanismo, sendo o aligeiramento da formação, desdobra-se pela via das IES privadas com ênfase nos cursos de curta duração, especialmente àqueles que são considerados de baixo custo por não demandarem, por exemplo, gastos com laboratórios. O resultado dessa dinâmica foi a certificação em massa, sem o devido compromisso com a qualidade da formação profissional.

Definitivamente, a educação superior havia sido reduzida à condição de mercadoria, vendida como “serviços educacionais” tanto pelas instituições privadas quanto pelas próprias universidades públicas, com foco nas federais. Com esse redirecionamento, a educação de nível superior “[...] não encontra mais a sua razão de ser na distribuição o mais igualmente possível do saber, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantilista [...]” (Laval, 2004, p. 43).

Democratização do acesso ou mercantilização do ensino? Apontamentos sobre a expansão do ensino superior

Analisar a expansão do ensino superior no contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) requer mediações importantes para não incorrerem nem no trato romântico nem na desonestidade intelectual. O ponto de partida para uma leitura coerente é tentar captar as contradições que envolvem esses governos, evidenciando as alianças emblemáticas, mas também os pontos altos que resultaram em ganhos para a classe trabalhadora.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) à presidência configura uma virada de chave política e histórica para a realidade brasileira. Além de ser um legítimo representante dos trabalhadores, inclusive na condição de líder sindical, sua vitória no pleito eleitoral demarca a articulação e a expectativa de diversos segmentos.

Ela só foi possível a partir de um nível ampliado de articulação política que envolveu os mais distintos estratos da classe trabalhadora em torno de um projeto. Se este projeto sempre esteve longe de propor uma transição revolucionária ao socialismo, tampouco expressava em sua gênese uma reprodução acrítica ou uma mera conservação dos mecanismos políticos e econômicos que dão sustentação ao capitalismo no Brasil (BRAZ, 2004, p. 49-50).

O governo Lula foi alvo direto de críticas tanto da direita quanto da própria esquerda, explicitando a frustração face às expectativas criadas. Se a direita seguia cobrando a defesa intransigente do Estado mínimo com vistas ao fortalecimento do capital por meio das privatizações, das terceirizações e da desregulamentação das relações e dos processos de trabalho, a esquerda denunciava o compromisso do governo com o fortalecimento do capital financeiro.

As expectativas em torno do governo Lula também estavam relacionadas à possibilidade de ruptura com a lógica de expansão do

ensino superior em moldes mercantis. Entretanto, desde o início, o governo se mostrou comprometido com os interesses de reprodução do grande capital por meio da continuidade do processo de empresariamento da educação superior.

Para Lima (2013, p. 23):

[...] a privatização e mercantilização do ensino superior ocorreram por meio (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e ProUni²; (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado, e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPq.

É necessário apontar que o Estado brasileiro criou medidas jurídico-normativas com a finalidade de favorecer a expansão dessas instituições privadas e de EaD, de modo que assegurou o privilégio fiscal, que, em outras palavras, significa reduzir gastos e a elevação das taxas de lucro. Nesse sentido, o ProUni e o Fies ganharam maior evidência, assumindo a condição de maiores mecanismos de financeirização do ensino superior no Brasil, demarcando o repasse significativo de recursos públicos para o setor privado.

Em contrapartida, as universidades públicas, especialmente as federais, enfrentam um verdadeiro sucateamento, que se explicita no sufoco orçamentário, no congelamento de concursos, salários e desvalorização crescente do trabalho docente. Nessa perspectiva, o REUNI³ aparece como uma grande estratégia para manutenção do processo de certificação em larga escala, sem considerar a necessidade

² O Programa Universidade para Todos (ProUni) é o programa do Ministério da Educação, que concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50% m instituições privadas de educação superior em cursos de graduação e sequências de formação específica. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

³ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

de estrutura física, orçamentária e de recursos humanos das universidades que realizassem a adesão ao programa.

Dentre os objetivos do REUNI, destacam-se a ampliação do número de estudantes nos cursos de graduação, que, conseqüentemente, aumentou a quantidade de discentes para cada docente em sala; a flexibilização dos currículos, o estímulo à criação de cursos de curta duração e elevação das taxas de conclusão. Importa assinalar que tais metas têm como previsão o prazo de 5 (cinco) anos para serem alcançadas, o que demonstra mais uma vez a incompatibilidade entre os objetivos do REUNI e a capacidade concreta de financiamento.

Por outro lado, quando analisamos as contradições desse processo, identificamos um dado importante, que não pode ser deixado de lado: a abertura de concurso docente. Isso certamente representou uma incorporação considerável de professores no serviço público, livrando-os da possibilidade de venda direta de sua força de trabalho às instituições privadas. Segundo Leher (2010, p. 402):

A realização de mais de dez mil concursos docentes é uma das contradições positivas do Reuni. Embora longe de ter recuperado a força de trabalho necessária para o funcionamento universitário das Ifes e, em especial, para cobrir o déficit histórico e as futuras aposentadorias, a entrada de novos professores é, em si mesma, uma variável importante. Muitos mestres e doutores, sem os concursos, acabariam sendo forçados a vender sua força de trabalho nas privadas, interrompendo total ou parcialmente a pesquisa e os estudos. O problema é que na contradição existe negatividade. O hiato entre o número de concursos e o déficit atual e futuro é e será enorme nos próximos anos. É preciso lembrar que mais de 70% dos atuais servidores universitários devem se aposentar nos próximos cinco a dez anos.

Por conseguinte, verifica-se que o processo de expansão do ensino superior sob a ótica de valorização do capital financeiro, por meio do incentivo às instituições privadas, continuou durante o

governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula. Nesse contexto, a continuidade da política de expansão do ensino superior se deu de maneira cada vez mais articulada à interiorização e crescente internacionalização, a exemplo do fortalecimento das estratégias de “democratização do acesso” nas cidades interioranas e da criação do programa “Ciências sem Fronteiras”. A prova disso é que, de 2011 a 2014, foram criadas mais 4 novas universidades e 47 novos campi (BRASIL, 2015).

Sob o famigerado discurso de “democratização do acesso”, o governo Dilma foi responsável pela alteração no quantitativo de recursos públicos destinados ao setor privado de ensino, por meio da elevação, nesse mesmo período, de R\$ 14 bilhões para R\$ 19 bilhões para o financiamento do Fies. Entretanto, um dado importante é que a gestão de Dilma foi marcada por significativos contingenciamentos financeiros, para assegurar o compromisso com a dívida pública, e isso representou grandes implicações para a manutenção das universidades públicas.

O discurso de “democratização do acesso” se deparava com limites reais, evidenciando as contradições da política de expansão do ensino superior, uma vez que a criação de novas universidades federais e de novos campi não acompanhava estratégias de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, mas de atendimento aos interesses de reprodução do capital financeiro.

Nessa direção, podemos destacar efeitos nefastos no âmbito da universidade pública, que se expressam numa intensa precarização do trabalho, na redução da qualidade do ensino ofertado, bem como do processo de produção de conhecimento científico. Se o governo de Lula já evidenciava o atendimento às orientações dos organismos internacionais, o que se verifica no governo Dilma é a reafirmação dessa dinâmica capitalista, que impacta diretamente a educação superior no país.

Quando analisamos o contexto de precarização do trabalho docente durante o governo Dilma, chamamos a atenção para a Lei de nº 12.618, de 30 de abril de 2012, responsável por instituir um novo

regime previdenciário, de caráter complementar, destinado a servidores públicos federais com vínculo efetivo. Para Silva (2023), tal regime é emblemático porque desvincula a base de cálculo para aposentadorias e pensões da totalidade do salário que os servidores recebiam no exercício de suas funções, tendo como critério o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no valor de R\$ 4.159.

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, Michel Temer, então vice-presidente, torna-se presidente e desenvolve uma política nitidamente privatista, fundada em ajustes fiscais permanentes que resultaram em graves consequências para a classe trabalhadora, delineando sobremaneira a relação de dependência do Estado brasileiro ao capitalismo imperialista.

O governo Temer ganhou destaque negativo, entre muitos fatores, a partir da consolidação de um novo regime fiscal, pautado na restrição de despesas. Essa estratégia de reorganização financeira se deu com base na promulgação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que congelou por 20 (vinte) anos os recursos destinados à saúde, assistência social e à educação.

Dentre os principais prejuízos oriundos da restrição de despesas, evidenciamos o arrocho financeiro nas universidades públicas, que se depararam com a dificuldade de manutenção, seja no âmbito do pagamento de contas básicas ou do desenvolvimento de pesquisas. O governo de Michel Temer preparou o cenário para que, a partir de 2019, o governo Bolsonaro seguisse materializando as estratégias da extrema-direita no país.

Em novembro de 2018, no segundo turno da corrida presidencial, Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) foi eleito presidente, derrotando o candidato do PT, Fernando Haddad. Em linhas gerais, o que se verifica a partir de 2019, com a posse de Bolsonaro, é o aprofundamento das medidas de sucateamento das universidades públicas e o incentivo às instituições de ensino privado e EaD, seguindo à risca as orientações para o fortalecimento do capital financeiro.

A discussão a respeito da autonomia universitária como um princípio necessário, inquebrantável e, ao mesmo tempo, resistente na sociedade brasileira, é retomada em um contexto nacional no qual o papel da universidade vem sendo questionado e suas instituições cruelmente atacadas por grupos obscurantistas que assumiram em 2019 no Brasil cargos de gestão pública. Como exemplo dessa situação, é possível registrar a fala do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, o qual, orquestrando a implementação do FUTURE-SE, projeto que ataca as universidades e institutos federais de educação, afirmou na 1.^a Sessão Legislativa Ordinária da 56.^a Legislatura, 104.^a Sessão (sessão deliberativa ordinária), em 15 de maio de 2019, que “autonomia universitária não é soberania. As universidades têm que respeitar as leis. E, se preciso for, a polícia tem que entrar, sim, na universidade” (LIMA e MORORÓ, 2020, p. 126).

Entre os anos de 2015 e 2021, registrou-se drástica redução no financiamento das IES públicas, cujas consequências se manifestaram expressivamente na ausência de concursos públicos para a carreira docente com vistas a suprir o quantitativo de docentes aposentados, redução de matrículas e impactos nos órgãos de fomento à pesquisa como CAPES e CNPq. Nesse sentido, o governo Bolsonaro provocou redução das bolsas de pós-graduação.

É da maior importância evidenciar que os ataques contra o ensino, a pesquisa e a ciência de modo geral ocorreram em circunstâncias sensíveis do ponto de vista global: a crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19. No contexto em que se fez necessário o fortalecimento dos investimentos no âmbito da educação superior, o governo Bolsonaro seguiu desmoralizando as universidades públicas e propagando um verdadeiro descrédito à ciência, reverberando numa postura negacionista com graves consequências para a população brasileira.

Os cortes nos recursos destinados à educação superior impactaram não somente a lógica de funcionamento das graduações, como também das pós-graduações, de modo que impossibilitaram a

manutenção administrativa das instituições de ensino superior e inviabilizaram o pagamento de diversas bolsas de estudos destinadas a discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Os ataques à produção científica demarcaram a continuidade de um processo de desmonte da universidade pública, que, atrelado ao profundo desrespeito à lista tríplice de reitores, escancarou o diálogo direto com os servidores públicos alinhados ao bolsonarismo. Assim, ao nomear 22 reitores de maneira arbitrária, o governo Bolsonaro feriu significativamente a autonomia das universidades federais, executando uma estratégia perversa de instrumentalização do espaço acadêmico para o atendimento de seus interesses político-ideológicos.

Somente com as eleições de 2022, na disputa entre Lula e Bolsonaro, é que se abrem as possibilidades para a retomada de ações que tenham em sua essência alguma preocupação com as necessidades da classe trabalhadora. A vitória de Lula após uma corrida presidencial acirrada escancarou a forte adesão, por parcela considerável da população, ao ideário neoconservador com traços fascistas evidentes no bolsonarismo, mas também explicitou a capacidade de diálogo e liderança do Lula entre as diversas frações de classe no país.

O antipetismo esteve na base dos grandes desafios da eleição de 2022, de modo que, me parece, qualquer outro representante político-partidário que não fosse o Lula teria sido vencido nas urnas. Foi um cenário perigoso, e isso se constatou nos atos do dia 8 de janeiro de 2023 e, mais tarde, no planejamento da abolição violenta do Estado Democrático de Direito, encabeçado pelo ex-presidente Bolsonaro.

O plano de governo do PT deixou evidente o interesse em retomar os investimentos com foco no desenvolvimento educacional. No que se refere à política de educação superior, o atual governo Lula não rompeu com as orientações dos organismos internacionais e segue fomentando a lógica de mercantilização do saber, mas é importante destacar que, nessa relação de alianças entre interesses capitalistas e interesses da classe trabalhadora, algumas conquistas devem ser reconhecidas, como o aumento no valor das bolsas de pós-graduação, tanto ao nível de mestrado quanto de doutorado e pós-doutorado.

Destaca-se também em seu plano de governo o interesse no fortalecimento do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico, o qual se explicita da seguinte forma:

81. A Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) tem um caráter estratégico e central para o Brasil se transformar em um país efetivamente desenvolvido e soberano, no caminho da sociedade do conhecimento. Essa diretriz é fundamental para nosso governo e implica combinar educação universal de qualidade, pesquisa científica básica e tecnológica, inovação e inclusão social. Para tal, é necessário recompor o sistema nacional de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico, via fundos e agências públicas como o FNDCT, o CNPq e a CAPES.

Soma-se a essas propostas, iniciativas que figuram conquistas importantes para o conjunto da população brasileira: o reconhecimento da importância das políticas de cotas sociais e raciais, a defesa dos direitos humanos, estratégias de combate à fome, de enfrentamento à violência contra a mulher e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à infância e adolescência. Isso significa que o contexto é favorável ao diálogo sobre pautas que impactam positivamente a vida da classe trabalhadora, que é diversa, generificada e racializada. Logo, coloca-se na ordem do dia a urgência em fomentar as nossas reivindicações por uma educação cada vez mais democrática, pública, de qualidade, laica e socialmente referenciada.

Considerações Finais

Mediante a análise desenvolvida neste capítulo, podemos compreender que as metamorfoses políticas, econômicas e sociais em curso na realidade brasileira desde os anos 1990 estão diretamente relacionadas às estratégias de recomposição das taxas de lucro do grande capital, de modo que captar os fundamentos da crise estrutural do capital configura tarefa indispensável para aprendermos o

“fenômeno” da financeirização. É por meio do “mundo das finanças” que ocorre a mercantilização das necessidades sociais e a descaracterização das políticas sociais enquanto direitos.

Ao considerarmos a dinamicidade do real concreto, atribuímos devida relevância às múltiplas determinações que moldam o cenário brasileiro, cujas correlações de forças político-partidárias cumprem um papel decisivo no fortalecimento ou na fragilização das vias democráticas, da proteção social e trabalhista, da educação básica e superior como direito básico e elementar. Nesse sentido, a reflexão crítica nos possibilita identificar diferenças significativas no direcionamento político dos partidos de direita e de esquerda no Brasil, com repercussões expressivas na classe trabalhadora.

Em outrora, no governo Bolsonaro, o desmonte da educação era evidente, com ênfase na redução de recursos para a pesquisa, nas tentativas de desmoralização das universidades públicas e na execução de planos arbitrários que feriam a autonomia universitária. Em que pese as contradições registradas durante os governos do PT, como o apoio permanente aos conglomerados educacionais que gerenciam as instituições de ensino privado e EaD, é importante reconhecermos as conquistas e as potencialidades desse contexto, como a tentativa de recomposição, no terceiro mandato de Lula, dos investimentos para o ensino superior e a abertura para o debate com a classe trabalhadora em sua diversidade.

No atual quadro histórico, é preciso comemorar as conquistas, por mais simples que sejam, sem deixarmos de reiterar o papel da resistência coletiva, evidenciando que a crítica radical ao “mundo das finanças”, que culmina na mercantilização do ensino superior, deve ser incorporada pela classe trabalhadora. A construção da sociedade que queremos passa necessariamente pela defesa de uma educação pública, laica, de qualidade, com valorização do trabalho docente e com recursos suficientes para a pesquisa científica. Há urgência no enfrentamento a um modelo educacional que atenda interesses meramente mercantis e conservadores, pautados na lógica de captura da subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior Brasileira: relatórios técnicos. Resumo técnico 2002*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2002. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec_.xls. Acesso em: 10 abr. 2026.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026*. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.
- BRAZ, Marcelo. O Governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 78, 2004.
- BRETAS, Tatiana. Financeirização no capitalismo dependente no Brasil: notas introdutórias. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 92-114, dez. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387771275_Financeirizacao_o_no_capitalismo_dependente_no_Brasil_notas_introdutorias. Acesso em: 8 abr. 2026.
- BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 19-30.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro Terceiro, v. IV. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1988.
- LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004.

LEHER, Roberto. Educação no Governo de Lula da Silva. In: CORECON-RJ; SINDECON-RJ (orgs.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (orgs.). *Serviço Social e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LIMA, Iracema Oliveira; MORORÓ, Leila Pio. Da autonomia à heteronomia universitária: diretrizes para um novo ordenamento da educação superior. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, BA, v. 16, n. 41, p. 125-146, 2020. Edição especial.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contrarreforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. *Revista Urutágua: Revista Acadêmica Multidisciplinar*, Maringá, n. 26, p. 26-34, 2011.